

Colunismo e Representatividade: Reflexões Sobre a Presença Negra em O POVO e Diário do Nordeste¹

Bruno de Castro BRITO²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

A partir do levantamento de quantas pessoas negras são colunistas em O POVO e Diário do Nordeste, este trabalho reflete sobre o quão nobre é o colunismo por ser formado quase totalmente por pessoas brancas. Refletimos que a ausência negra é uma prática racista cujos contornos são perversos para o Brasil, mas ainda mais cruéis no Ceará, um estado que rejeita a existência e importância de pretos e pardos na formação sociohistórica do próprio povo - que se declara negro em maioria. Sustentamos que valorizar a subjetificação das narrativas pode ser um caminho importante a seguir para o combate ao racismo nosso de cada dia, que a imprensa hegemônica insiste em noticiar.

PALAVRAS-CHAVE: Colunismo; Jornalismo; Ceará; Raça; Representatividade.

INTRODUÇÃO

O prestígio do colunismo na dinâmica da imprensa com a sociedade brasileira tornou essas seções cada vez mais nobres. E com os jornais impondo-se, desde o século XIX, “como instituição essencial para a formação da opinião por meio de uma esfera pública qualificada” (Borges, 2020, p. 40), a política de ocupação desses espaços até hoje oscila entre quem deseja neles ser citado (seja como estratégia para administração de imagem pública (Gomes, 2004) ou na espetacularização de si enquanto produto (Debord, 1997)) e quem ambiciona ser alçado ao patamar de colunista.

Na genealogia de três entre as maiores redações do Brasil, há um monopólio da fala exercido por 96% das 287 pessoas que atuam como colunistas em O Globo, Folha de S. Paulo e Estadão. E a razão está na raça. Porque o que as une é o fato de serem brancas (68% homens e 28% mulheres). Os dados são do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema).

Diante disso, propomos aqui suscitar discussões sobre a temática nos dois maiores e mais antigos jornais/portais em atividade no Ceará: Diário do Nordeste, cuja edição

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

² Aluno do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Mestre em Antropologia pela Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Especialista em Comunicação e Jornalismo Político pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. E-mail: bruno.castro.jornalismo@gmail.com

hoje é apenas digital, e O POVO, ainda com publicação impressa. Ambas as empresas diluem os conteúdos dos periódicos em portais, eventualmente compartilham as colunas nas redes sociais digitais e algumas delas são publicadas apenas na Internet.

O QUE ENCONTRAMOS

A partir de informações fornecidas pelos próprios veículos, e que coletamos nos sites oficiais³, os perfis das 157 pessoas que atuam como colunistas no Diário do Nordeste e em O POVO podem ser distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 1: Perfil das pessoas colunistas em O POVO e Diário do Nordeste

Gênero+Raça/Veículo	Diário do Nordeste	O POVO	Total	Percentual total
Homens brancos	24 (55%)	64 (56%)	88	56%
Mulheres brancas	16 (37%)	42 (37%)	58	37%
Homens negros	2 (5%)	6 (5%)	8	5%
Mulheres negras	1 (2,5%)	1 (0,8%)	2	1,2%
Homens amarelos	0	1 (0,8%)	1	0,6%
Mulheres amarelas	0	0	0	0
Homens indígenas	0	0	0	0
Mulheres indígenas	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
			157	

Fonte: Levantamento próprio do autor, 2024.

Na ausência de autodeclarações raciais públicas dos(as) colunistas dos dois jornais/ portais, a análise que fizemos considerou as características fenotípicas comumente avaliadas em bancas de heteroidentificação, quais sejam: cor da pele, textura do cabelo, espessura dos lábios, nariz (formato) e estrutura corporal (Jesus, 2021). Nos 157 casos, as fotografias disponibilizadas pelos jornais/portais foram o material de análise.

³ Os endereços são: www.diariodonordeste.com.br e www.opovo.com.br. Coleta feita em 16 jan 2024.

É possível constatar a presença irrisória de negros/as (7,5% no Diário do Nordeste e 5,8% em O POVO), bem como de pessoas amarelas (0,8% somente em O POVO), e ausência de indígenas em ambos os jornais/portais. Isso significa que pessoas brancas ocupam, então, 92% do colunismo no Diário do Nordeste e 93% em O POVO, seguindo a tendência das redações do Sudeste já citadas e em consonância com o imaginário historicamente construído de serem essas pessoas, sobretudo o homem branco, o centro de todas as instituições e o ideal de sujeito a ser alcançado por todas as demais raças (Cardoso, 2017).

Não garantir hoje, diante da demanda pública existente sobre representatividade, o mínimo de equidade racial na composição do grupo de colunistas, como fazem O POVO e Diário do Nordeste, é mais do que uma característica editorial. É um ato político. É praticar o racismo, pois é ele o sistema que firma “um padrão de decisões e políticas relacionadas à raça com objetivo de subordinar um grupo e manter controle sobre ele” (Ture & Hamilton, 2021, p. 33).

O preconceito racial não se configura só nas manifestações orais e escritas explícitas - que, pelo verbo, desumanizam pessoas negras ao denominarem-nas “macacas”, por exemplo. O caráter estrutural da gênese do racismo (Almeida, 2019) permite que ele se prolifere e se fortaleça também pela ausência de pessoas negras em locais de poder. E o colunismo na imprensa hegemônica é o exercício de autoridade em um universo excludente por natureza e composição.

Isso torna-se ainda mais evidente diante da quase inexistência de colunas que tenham o leitor negro como público-alvo. Cada jornal/portal reserva apenas uma coluna para discutir questões do povo preto e pardo. Ou seja: além de quase ter só colunistas brancos(as), também não consideram a raça da maior parte da população (negra) motivo forte o bastante para justificar a existência de múltiplos espaços que pautem as necessidades de quem autodeclara-se não branco. Mas, curiosamente, essas empresas têm na raça branca a característica na qual 93% dos seus colunistas interseccionam-se.

Nas colunas hoje existentes, as discussões são racializadas em três situações:

1) por predileção pessoal de colunistas brancos(as) com algum letramento racial (o que se trata de um equívoco, pois é o racismo a base da formação social, política e econômica do Brasil (Santos, 2022) e, justo por ser estrutural, precisa que o antirracismo esteja em igual patamar, praticado em âmbito institucional, de forma

sistêmica e programática, o que, no caso do colonismo, passa pela ampliação presença negra na autoria de textos e conteúdo publicado;

2) quando as (poucas) pessoas negras (10) e amarela (1) escrevem colunas, o que não necessariamente confere visibilidade à questão racial pelo fato de a periodicidade das seções diluir as pautas por elas trazidas no volume do que os jornais/portais produzem, além de que nem toda pessoa negra tem consciência da dimensão política da centralidade da branquitude (Schucman, 2020) e de, por isso, toda raça que não a branca ser não cêntrica para a lógica colonial-ocidental;

3) em função do constrangimento causado por datas comemorativas, gerando um tipo de cobertura que aplicamos aqui o conceito de “Jornalismo de efeméride” (Brito, 2022), pois condiciona a elaboração das notícias de teor propositivo sobre o povo negro à passagem de 13/5 (“abolição” da escravização afro-indígena e Dia de Combate e Denúncia Contra o Racismo) e 20/11 (celebração da Consciência Negra) - e, no Ceará, também de 25/3 (em alusão à libertação dos(as) escravizados(as) em 1884).

Ter mais colunas de pessoas negras ampliaria as chances de os jornais/portais terem conteúdos menos embranquecidos. E não se trata da compreensão de que a presença negra em colunas substitui a inserção de fontes negras nas reportagens. As duas coisas complementam-se. Porém, até a possibilidade de coexistir é tolhida da disseminação do saber negro, pois o privilégio está em ser branco e isso implica no redução quase a zero da representatividade racial.

Diante do exposto acima, é viável pensar que a ausência de temas de interesse da população negra em espaços tão nobres não acontece ao acaso, pois Bento (2022) revela a existência de um pacto silencioso - o “pacto narcísico da branquitude” - que opera para manter no poder quem nele está. E essas pessoas são brancas, o que as faz produzirem narrativas nas quais se enxerguem, o que coloca todas os demais grupos em lugar de subalternidade compulsória (Spivak, 2010).

Se isso ocorre em nível macro, de sociedade, como afirma a autora, é inescapável que também aconteça no universo do Jornalismo. Afinal, redações são feitas de pessoas. E elas são as mesmas que formam a sociedade. Então, ao optarem por um colonismo branco, sem compromisso com a pauta racial e, em paralelo, reforçarem estereótipos negativos contra a população negra nas coberturas factuais, O POVO e Diário do Nordeste comunicam ao leitor que vidas negras até importam, mas não tanto.

Que até podem ocupar páginas de jornal/portal. Mas não no lugar da intelectualidade e da influência.

Ter apenas dez pessoas negras no universo de 157 colunistas é um convite a pensar o tokenismo, prática pela qual tenta-se legitimar a não existência do racismo nas empresas, por exemplo, devido ao fato de a corporação ter, mesmo que em quantidade risível, pessoas pretas e pardas, chamadas, por isso, de tokens. É uma tentativa, portanto, de vender a falsa ideia de inclusão e diversidade.

Assim sendo, é também um traço forte da colonialidade, tipificada por Quijano (2005) como poder que hierarquiza relações e impõe uma lógica de dominação, exploração e conflito a partir do olhar eurocêntrico de gerir o mundo (ou seja: a partir das necessidades de pessoas brancas), entendimento esse originado em tempos coloniais (daí o termo “colonialidade”) e com efeitos até hoje. Significa que permanece a percepção de que povos não brancos são inferiores aos colonizadores, brancos.

Não ter colunistas negros e negras - ou até tê-los(as), mas em quantidade irrisória - seria o que senão o evidente empreendimento de esforço para controlar narrativas e dominar os(as) autores(as) delas? Se de 157 colunistas somente dez são negros(as), o controle de imagem do qual fala hooks (2019) fica evidente, pois privilegia-se somente a narrativa de pessoas brancas em detrimento ou da ausência ou da publicação do que forma um imaginário negativo das demais raças (Bueno, 2020).

Faz-se necessário, portanto, repactuar o modo como a imprensa hegemônica utiliza a matéria-prima principal da prática jornalística. As palavras também indicam lacunas, mas não cabem mais em contextos de exclusão. O paradigma de que a “linguagem está constituída pela ideologia e, conseqüentemente, pelo imaginário inscrito na língua” (Oliveira, 2016, p. 30) foi alicerçado durante toda a história para perpetuação do racismo (Nascimento, 2019), pois o preconceito de raça é ideologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENTO, M. A. S. **O pacto da branquitude** / Cida Bento. - 1ª ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2022.

BORGES, R. O papel das mídias negras na implosão de imaginários. **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. Fopir, 2020, P. 40-46. E-book. Disponível em:

https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf.

Acesso em: 18 jan. 2024.

BRITO, B. C. **Tudo o que nós tem é nós: um estudo sobre narrativas negras do jornalismo brasileiro**. Dissertação – Curso Mestrado Acadêmico em Antropologia, Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Redenção, 2022.

BUENO, W. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins / Winnie Bueno. - Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CARDOSO, L. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil / Tânia Mara Pedrosa Müller, Lourenço Cardoso. - 1 ed. - Curitiba: Appris, 2017, P. 33 a 50.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa** / Wilson Gomes. -- São Paulo: Paulus, 2004. - (Comunicação)

HOOKS, B. **Olhares negros**: raça e representação / bell hooks; tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** / Rodrigo Ednilson de Jesus. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica, 2021.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OLIVEIRA, L. C. **Discurso e imaginário**: o negro na imprensa / Luiz Carlos de Oliveira. - 1. - Curitiba: Appris, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

SANTOS, Y. L. **Racismo brasileiro**: Uma história da formação do país / Ynaê Lopes dos Santos. — I. ed. — São Paulo : Todavia, 2022.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2ª edição / Lia Vainer Schucman. Introdução de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Apresentação de Leny Sato. Prefácio de Maria Aparecida da Silva Bento. - São Paulo: Veneta, 2020.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TURE, K. (anteriormente conhecido como Stokely Carmichael); HAMILTON, C. V. **Black Power**: a Política de Libertação nos Estados Unidos / com subsequentes dos autores Kwame Ture e Charles V. Hamilton. ; tradução Arivaldo Santos de Souza. - São Paulo: Jandaíra, 2021.